

ESTADO DE MINAS GERAIS

## LEI MUNICIPAL Nº 2.126, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024.

Institui e disciplina o uso da Praça de Esportes Municipal "Dr. Ozires Freitas" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente as constantes da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente lei:

#### Capítulo I Das Disposições Gerais

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o centro de convivência sócio-comunitário-desportivo denominado "Praça de Esportes Municipal Dr. Oziris Freitas", localizado na Praça Saturnino Cardoso – Centro – em Santana do Jacaré (MG).

Parágrafo único. A praça de esporte é de propriedade do Município e não será objeto de cessão, arrendamento ou alienação a terceiros.

- Art. 2º São finalidades da praça de esportes:
- I atividades de convivência, recreação, esportes e lazer para comunidade em geral;
  - II atividades sócio-educativas;
  - III atividades culturais;
  - IV reuniões de entidades sociais regularmente constituídas;
  - V atividades de integração da sociedade;
  - VI cerimônias ou solenidades, nos termos desta lei;
- VII complementação de atividades dos beneficiários dos programas sociais e de políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Público;
- VIII atividades de recuperação de dependentes químicos ou de prevenção e combate às drogas.

Parágrafo único. É vedada a utilização da Praça de Esportes para as seguintes finalidades:

- I qualquer espécie de evento com finalidade lucrativa ou com cobrança de preço para a entrada;
- II que contrariem a filosofia e os objetivos da prática esportiva e de uma vida saudável;



ESTADO DE MINAS GERAIS

- III por entidades que não estejam regularmente constituídas nos termos da lei;
- IV que incitem o uso imoderado de bebida alcoólica;
- V que incitem a violência ou contrariem a moral e os bons costumes;
- VI cerimônias ou solenidades que prejudiquem o sossego e a tranquilidade.
- Art. 3º A utilização da Praça de Esportes Dr. Ozires Freitas seguirá a seguinte ordem prioritária:
- I Para atender ou complementar programas e ações das políticas públicas desenvolvidas pelo Município;
  - II outras entidades públicas;
- III entidades da sociedade civil que tenham por finalidade a prática esportiva ou reabilitação de dependentes químicos;
- IV grupos de pessoas que realizem práticas esportivas em conjunto e orientados por profissional da área de saúde ou de esporte;
  - V comunidade em geral.

## Capítulo II Das Condições de Utilização da Praça de Esportes

### Seção I Dos Horários de Funcionamento

- Art. 4º O horário de funcionamento da Praça de Esportes para atendimento ao público será:
- I Nas terças e quintas-feiras de 08:00 (oito) às 11:00 (onze) horas e de 13:00 (treze) às 17:00 (dezessete) horas;
- II Nas quartas e sextas-feiras de 08:00 (oito) às 11:00 (onze) horas e de 13:00 (treze) às 17:00 (dezessete) horas;
  - III Nos sábados e domingos de 08:00 (oito) às 17:00 (dezessete) horas.
- § 1º As segundas-feiras serão destinadas aos serviços de manutenção e limpeza de todo o espaço físico, não havendo expediente externo.
- § 2º O Município poderá autorizar, excepcionalmente, a utilização da Praça de Esporte na segunda-feira, quando este dia coincidir com feriados, sendo que os serviços de manutenção e limpeza serão transferidos para o primeiro dia útil seguinte, não havendo expediente externo neste dia.

AVENIDA PADRE NAGIB GIBRAN, 70 – CENTRO CEP 37.278-000 prefeitura@santanadojacare.mg.gov.br



ESTADO DE MINAS GERAIS

- § 3º Em caso de excepcional interesse público, o Prefeito Municipal, através de decreto, poderá autorizar a utilização do espaço da Praça de Esporte em outro horário, respeitando-se as demais normas previstas nesta lei.
- Art. 5º A utilização da Praça de Esportes será feita obedecida a seguinte distribuição de horários:
- I De terça e quinta-feira, no horário mencionado no art. 4º, retro, aos programas e ações das políticas públicas desenvolvidas pelo Município ou outras entidades públicas;
- II De terça-feira a domingo, no horário mencionado no art. 4º, retro, à comunidade em geral, mediante pagamento das respectivas taxas fixadas nesta lei.

Parágrafo único. Mediante justificada necessidade do serviço público, o Prefeito Municipal poderá, por prazo determinado, alterar a destinação constante do *caput* deste artigo.

Art. 6º As reservas de horário serão feitas com a Diretoria da entidade, obedecida à ordem de inscrição.

#### Seção II Dos Usuários

Art. 7º Todos os usuários da Praça de Esporte, inclusive aqueles previstos nos incisos I e II do art. 5º, deverão ser previamente credenciados perante a Diretoria da entidade.

Parágrafo único. O credenciamento constituirá de:

- I Para os usuários previstos no inciso I:
- a) atestado de boa higidez física e mental;
- b) relação encaminhada pela entidade de origem, contendo nome, endereço, Carteira de Identidade e pessoa responsável para contato.
  - II Para os usuários previstos no inciso II:
  - a) atestado de higidez física e mental;
  - b) cópia da Carteira de Identidade, CPF e comprovante de residência;
- c) assinatura do termo de compromisso e responsabilidade pela utilização correta da Praça de Esportes;
- d) carta de recomendação prestada por outras duas pessoas já credenciadas, exceto para os 100 primeiros cadastros;
  - e) pagamento da taxa de credenciamento.

AVENIDA PADRE NAGIB GIBRAN, 70 – CENTRO CEP 37.278-000



### ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único. O atestado de higidez física e mental deverá ser renovado a cada seis meses, sob pena de cancelamento do credenciamento.

Art. 8º Somente poderão usar a Praça de Esportes as pessoas previamente cadastradas, que terão o direito de uso juntamente com o seu cônjuge ou companheiro e filhos dependentes segundo os critérios da lei civil, exigindo-se destes o atestado de higidez física e mental.

Parágrafo único. A família credenciada poderá ser acompanhada de até 02 (dois) convidados, mediante a apresentação de atestado de higidez física e mental destes, pagamento da taxa de utilização e termo de compromisso e responsabilidade.

- Art. 9º São deveres do usuário:
- I cumprir e fazer cumprir a presente lei e o regulamento interno da entidade;
- II zelar pela conservação das dependências e pertences da Praça de Esportes;
- III utilizar equipamentos e materiais próprios, nos locais destinados à prática de esportes;
  - IV denunciar à Diretoria qualquer irregularidade observada;
- V não embaraçar, de qualquer modo, o uso das partes comuns da Praça de Esportes;
  - VI não levar ou introduzir animais nas dependências da Praça de Esportes;
  - VII não usar a Praça de Esportes para atividades diferentes de suas finalidades;
- VIII zelar pela moral e bons costumes, abstendo-se de gestos e palavras ofensivas aos demais usuários e à Diretoria;
  - IX não danificar as dependências e equipamentos da Praça de Esportes.
  - Art. 10. Ao usuário é proibido:
- I utilizar equipamento sonoro nas dependências da Praça de Esporte, exceto os equipamentos de uso individual ou para eventos devidamente autorizados;
- II barbear-se ou depilar-se em qualquer dependência da Praça de Esportes, inclusive nos banheiros:
- III fazer o descarte do lixo ou outros resíduos fora dos recipientes apropriados para a coleta;
  - IV utilizar garrafas ou outros recipientes de vidro;
- V promover algazarras, badernas ou qualquer outra forma de perturbação aos demais usuários e aos serviços da Praça de Esportes.

AVENIDA PADRE NAGIB GIBRAN, 70 – CENTRO CEP 37.278-000



#### ESTADO DE MINAS GERAIS

- Art. 11. Os processos disciplinares serão julgados e as penas aplicadas pela Diretoria, de acordo com a infração cometida.
- § 1º Será aplicada a pena advertência na ocorrência das hipóteses dos incisos l a V do art. 9º e de l a III do art. 10 desta lei.
- § 2º Será aplicada a pena de suspensão do usuário e seus familiares por, no mínimo, 30 (trinta) dias, nas seguintes hipóteses:
  - I reincidência da pena de advertência;
  - II incisos VI a VIII do art. 9°;
  - III incisos IV e V do art. 10.
- § 3º A suspensão será de 180 (cento e oitenta) dias no caso de reincidência das hipóteses do parágrafo anterior.
  - § 4º Será cancelado o credenciamento do usuário nas seguintes hipóteses:
  - I inciso IX do art. 9°;
- II praticar, nas dependências da Praça de Esporte, ato que caracterize contravenção ou crime previsto em lei;
- III reincidência de infração depois de aplicada a pena prevista no parágrafo anterior.
- § 5º O cumprimento das penalidades previstas neste artigo não exime o usuário da responsabilidade de ressarcir os eventuais prejuízos que tenha causado à Praça de Esportes e a terceiros.
- § 6º No caso da pena de suspensão, o usuário somente poderá reingressar à Praça de Esporte após ressarcir à municipalidade e a terceiros eventuais danos causados.

#### Capítulo III Das Taxas

- Art. 12. Ficam instituídas as seguintes taxas:
- I -Taxa de Credenciamento de Usuário;
- II –Taxa de Utilização da Praça de Esportes;
- III –Taxa de Utilização do Salão da Praça de Esportes.

Parágrafo Único: As taxas descritas neste artigo, serão recolhidas mediante transferência bancaria ( PIX, TED, DOC,TEV) ou DAM (Documento de Arrecadação

AVENIDA PADRE NAGIB GIBRAN, 70 – CENTRO CEP 37.278-000 prefeitura@santanadojacare.mg.gov.br



ESTADO DE MINAS GERAIS

Municipal) emitidos pela Administração Municipal e creditada em conta especifica da Secretaria de Turismo, Esportes, Lazer e Cultura.

#### Seção I Da Taxa de Credenciamento

- Art. 13. A Taxa de Credenciamento (TC) é devida pelo serviço de análise do processo de credenciamento do usuário e sua família, como condição indispensável para a utilização das dependências da Praça de Esportes, destinando-se ao custeio das despesas de sua operacionalização.
  - § 1º A Taxa de Credenciamento será única para o usuário e sua família.
- § 2º O valor da Taxa de Credenciamento é R\$ 30,00 (trinta reais), sendo parcela única.

### Seção II Da Taxa de Utilização da Praça de Esportes

- Art. 14. A Taxa de Utilização da Praça de Esportes (TUPE) é devida pela utilização das dependências, pelo usuário e sua família, como condição indispensável para o ingresso na Praça de Esportes, destinando-se ao custeio das despesas de manutenção e conservação do imóvel e equipamentos.
  - § 1º A TUPE mensal individual será no valor de R\$ 30,00 (trinta reais).
  - § 2º A TUPE mensal família será no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais).
- § 3º O pagamento da TUPE dá direito ao usuário de utilização da Praça de Esportes pelo prazo de 01 (um) mês.
  - § 4º A TUPE para o convidado é R\$ 10,00 (dez reais) por dia.

#### Capítulo IV Da Diretoria

Art. 15. A Praça de Esportes Dr. Oziris Freitas será administrada por uma Diretoria composta por 06 (seis) membros nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante decreto, para um mandato de 03 (três) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo.

Parágrafo único. A Diretoria será composta de:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Secretário;

IV - Diretor-Técnico de Esportes;

AVENIDA PADRE NAGIB GIBRAN, 70 – CENTRO CEP 37.278-000



ESTADO DE MINAS GERAIS

V – 02 (dois) vogais.

Art. 16. À Diretoria compete:

- I zelar pelo fiel cumprimento desta lei;
- II cuidar de toda a administração da Praça de Esportes, exceto a financeira que será feita pela Fazenda Municipal e Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Turismo;
  - III julgar e aplicar as penalidades previstas no art. 11 desta lei.

#### Capítulo V Do Comércio

Art. 17. O imóvel destinado ao comércio localizado nas dependências da Praça de Esporte será cedido, gratuitamente, a uma instituição civil sem fins lucrativos, com atuação no Município de Santana do Jacaré, mediante contrato com prazo de vigência não superior a 48 (quarenta e oito) meses e com cláusula de reversão.

Parágrafo único. A instituição cessionária não poderá subceder o imóvel previsto neste artigo.

- Art. 18. O imóvel é destinado, exclusivamente, ao comércio de bar, lanchonete ou restaurante, sendo vedada a sua utilização para outros fins.
  - Art. 19. É vedado ao cessionário, sob pena de rescisão do contrato:
- I a utilização de vasilhames ou recipientes de vidro nos produtos vendidos ao público;
  - II o comércio de cigarro ou similares;
  - III a venda de medicamentos;
  - IV a fixação de cartazes ofensivos à moral ou aos bons costumes;
- V a utilização de instrumentos pontiagudos ou perfurocortantes nos produtos vendidos ao público;
  - VI venda de bebidas destiladas.
- Art. 20. É vedado o comércio ambulante nas dependências da Praça de Esportes.

### Capítulo VI Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 21. O Prefeito Municipal nomeará uma comissão provisória que se incumbirá de, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, organizar e viabilizar o pleno funcionamento da Praça de Esportes.

AVENIDA PADRE NAGIB GIBRAN, 70 – CENTRO CEP 37.278-000



ESTADO DE MINAS GERAIS

- Art. 22. Esta comissão provisória avaliará e abonará o credenciamento dos 30 (trinta) primeiros usuários, com a finalidade de atender à exigência do art. 7º, parágrafo único, II, "d", desta lei.
- Art. 23. As despesas para a execução desta lei correrão por conta do orçamento vigente, suplementado se for necessário.
- Art. 24. O Prefeito Municipal, se necessário, regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias após o início de sua vigência.
- Art. 25. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Santana do Jacaré (MG), 10 de dezembro de 2024.

RENATO TIRADO FREIRE Prefeito Municipal